

## PROVA TIPO 3 - GABARITO

Nome do(a) candidato(a): \_\_\_\_\_

### SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém **5 (cinco)** páginas numeradas e se compõe de questões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), sendo 08 (oito) questões de múltipla escolha e 02 (duas) questões discursivas. O tempo máximo de duração desta prova é de **3 (três) horas**. Iniciada a prova, o(a) candidato(a) deverá permanecer na sala por, **no mínimo**, 1 (uma) hora.

**A questão dissertativa deve ser respondida à caneta.**

Use **LETRA BEM LEGÍVEL**.

**Para as questões de múltipla escolha, fique atento(a) às recomendações abaixo:**

Leia cuidadosamente cada questão e **NÃO DEIXE NENHUMA SEM RESPOSTA**.

Ao receber o **cartão de respostas**,

1. assine seu nome à tinta no espaço indicado;
2. ao preencher o **cartão de respostas**, cubra todo o espaço correspondente à sua opção, marcando-o com tinta azul ou preta, sem deixar lacunas (“brancos”);
3. assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta **NÃO** será computada se forem marcadas duas ou mais alternativas;
4. não use corretivo;
5. não se esqueça de marcar, no cartão de respostas, o tipo de prova (1, 2 ou 3).

O **Cartão de Respostas** não poderá ser rasurado, amassado ou dobrado.

Ao final das provas, entregue ao(à) aplicador(a) o **cartão de respostas devidamente preenchido e este caderno de provas**.

**ATENÇÃO PARA ESTAS INSTRUÇÕES FINAIS:**

Confira seu caderno de provas, verificando a numeração das páginas, o número de questões e a legibilidade da impressão.

Terminadas as provas e após a entrega de todo o material ao(à) aplicador(a), você deverá retirar-se imediatamente do prédio, não lhe sendo permitida a permanência em corredores nem o retorno à sala de aula.

**QUESTÃO 1:** O Artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos, **À EXCEÇÃO DE:**

- A) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- B) crença e culto religioso, brincar, praticar esportes e divertir-se.
- C) participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
- D) participar do conselho escolar.**
- E) buscar refúgio, auxílio e orientação.

Resposta: **letra d)** Art. 16º. Art. 16. *O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:*  
*I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;*  
*II - opinião e expressão;*  
*III - crença e culto religioso;*  
*IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;*  
*V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;*  
*VI - participar da vida política, na forma da lei;*  
*VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.*

**QUESTÃO 2:** Dona Maria tem um mercado, ao lado da escola em que Mariana, de quatorze anos, estuda. Como proprietária do estabelecimento de vendas e consumo, Dona Maria sabe que alguns desses produtos não podem ser vendidos para as crianças ou adolescentes. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, quais dos produtos a seguir Dona Maria **NÃO PODE** vender para crianças ou adolescentes?

- A) Produtos de limpeza.
- B) Alimentos ultraprocessados.
- C) Refrigerantes.
- D) Bilhetes lotéricos e equivalentes.**
- E) Balas com alto teor de açúcar.

Resposta: **letra d)** Art. 81. *É proibida a venda à criança ou ao adolescente de:*  
*I - armas, munições e explosivos;*  
*II - bebidas alcoólicas;*  
*III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;*  
*IV - fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;*  
*V - revistas e publicações a que alude o art. 78;*  
*VI - bilhetes lotéricos e equivalentes.*

**QUESTÃO 3:** O Conselho Tutelar **PODE** ser definido como

- A) um órgão responsável por fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas.
- B) uma organização não governamental que atua na defesa dos direitos das crianças até a idade de doze anos completos.
- C) uma entidade que reúne psicólogos, professores e assistentes sociais que oferecem atendimento a crianças em situação de evasão escolar.
- D) um órgão federal responsável por fiscalizar adolescentes com idade entre dezesseis e vinte e dois anos.
- E) um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado, pela sociedade, de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes.**

Resposta: **letra e)** Art. 131. *O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.*

**QUESTÃO 4:** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é considerado/a **criança** quem tem até

- A) dez anos incompletos.
- B) doze anos incompletos.**
- C) onze anos incompletos.
- D) quatorze anos incompletos.
- E) dezesseis anos incompletos.

**Resposta: letra b)** Art. 2º. *Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.*

**QUESTÃO 5:** Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na lei forem ameaçados ou violados

- A) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado e por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.**
- B) por ação da classe escolar.
- C) por omissão da classe escolar.
- D) em razão da má-conduta.
- E) por ação dos pais, avós ou responsáveis.

**Resposta: letra a)** Art. 98º. *Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:*

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;*
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;*
- III - em razão de sua conduta.*

**QUESTÃO 6:** Segundo as disposições elencadas no Artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I. advertência.
- II. encaminhamento aos tios e avós.
- III. obrigação de reparar o dano.
- IV. liberdade assistida.
- V. internação em estabelecimento educacional por no máximo 90 dias.

Marque a opção que apresenta as afirmativas **CORRETAS**.

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) III e IV
- D) I, II e V
- E) I, III e IV.**

**Resposta: letra e)** Art. 112º. *Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:*

- I - advertência;*
- II - obrigação de reparar o dano;*
- III - prestação de serviços à comunidade;*
- IV - liberdade assistida;*
- V - inserção em regime de semi-liberdade;*
- VI - internação em estabelecimento educacional;*
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.*

**Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:**

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;*
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;*
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;*
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;*
- IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;*
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;*
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;*
- VII - abrigo em entidade;*
- VII - acolhimento institucional;*
- VIII - colocação em família substituta.*
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;*
- IX - colocação em família substituta.*

**QUESTÃO 7:** O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Artigo 18-B, prescreve que “os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los, que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis”, a medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso. **Sobre essas medidas**, analise os itens a seguir.

- I. Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.
- II. Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- III. Obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado.
- IV. Advertência por escrito e multa.

Correspondem a medidas aplicáveis de acordo com o Artigo 18-B do Estatuto da Criança e do Adolescente o que está descrito em

- A) I, II e III, apenas.**
- B) I e IV, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) nenhum dos itens.

**Resposta: letra a)** Art.18-B. *Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:*

- I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;*
- II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;*
- III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;*
- IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;*
- V - advertência.*
- VI - garantia de tratamento de saúde especializado à vítima.*

*Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais.*

**QUESTÃO 08:** De com as regras previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial o disposto no Artigo 47, que estabelece que “o vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no

registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão”, assinale a única alternativa a seguir que está **CORRETA**.

- A) A inscrição consignará o nome dos adotantes, excluindo o nome de seus ascendentes.
- B) O mandado judicial, que será arquivado, não cancelará o registro original do adotado em nenhuma hipótese.
- C) Deverá constar as observações sobre a origem do ato nas certidões do registro.
- D) A sentença conferirá ao adotado a condição de filho do adotante, exceto a alteração do nome e a inclusão do prenome do adotante na certidão do adotado.
- E) **Terão prioridade de tramitação os processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica.**

Resposta: **Letra e)** Art. 47.

*Art. 47 O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.*

*§ 1º A inscrição consignará o nome dos adotantes como pais, bem como o nome de seus ascendentes.*

*§ 2º O mandado judicial, que será arquivado, cancelará o registro original do adotado*

*§ 4º Nenhuma observação sobre a origem do ato poderá constar nas certidões do registro*

*§ 5º A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome*

*§ 9º Terão prioridade de tramitação os processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica.*

**QUESTÃO 09:** Érica é mãe de duas crianças com idades de dois e seis anos, mora sozinha, na cidade de Aramorana, onde não tem nenhum parente próximo. O genitor das referidas crianças é falecido. Na data de 19 de junho de 2023, mediante denúncia anônima, o Conselho Tutelar foi acionado para verificar as condições físicas e psíquicas das crianças, que estavam sozinhas em casa há dois dias. Quando(a) conselheiro(a) tutelar estava chegando ao endereço das crianças, a genitora Érica, também, estava chegando à casa. **Quais medidas poderão ser adotadas pelo(a) conselheiro(a) tutelar, nesse caso, sempre visando o bem-estar das crianças, conforme a legislação especializada?**

*Padrão/sugestão de resposta*

*O conselheiro (a) tutelar deverá verificar, primeiramente, se as crianças precisam de atendimento médico, deverá, também, comunicar a polícia e solicitar seu comparecimento até o local da residência destes, caso as crianças não necessitem de atendimento médico imediato, deverão ser encaminhadas imediatamente para o abrigo/caso de acolhimento da cidade, e o(a) conselheiro (a) deverá comunicar, também, o Ministério Público para as próximas providências.*

*Caso as crianças necessitem de atendimento médico, o(a) conselheiro(a) tutelar deverá comunicar a polícia e solicitar seu comparecimento até o local de residências destes, após, deverá encaminhar as crianças até a unidade de saúde mais próxima e acompanhar todo o atendimento até a alta médica, depois, as crianças deverão ser encaminhadas para o abrigo/caso de acolhimento da cidade e o(a) conselheiro (a) deverá comunicar, também, o Ministério Público para as próximas providências.*

**QUESTÃO 10:** Joana tem vinte e dois anos de idade completos, na data de 20 de junho de 2023, está grávida de sete meses, desconhece quem seja o genitor da criança que espera e quer entregar o filho que nascerá para a adoção. **Assim, como membro titular do Conselho Tutelar da sua cidade, qual seria o seu procedimento você adotaria, para o caso da Joana, ainda gestante?**

*A resposta deverá ter como base o Artigo 13, parágrafo 1º - As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude.*